



Relatório e Contas

2018

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
ÓRGÃOS SOCIAIS	1
SUMÁRIO EXECUTIVO	2
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
Zona Euro	3
Portugal	3
MERCADOS FINANCEIROS	4
PERSPETIVAS	5
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	7
Quota de Mercado 2018	8
Evolução dos Activos sob Gestão (Milhões de Euros)	8
Segmento de Clientes Particulares	9
Segmento Institucional e Empresas	12
Responsabilidade Social	12
Meios Humanos e Materiais	13
Sistema Integrado de Gestão	14
Risco dos Fundos Geridos	15
RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	16
NOTA FINAL	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017	18
Demonstração dos Resultados por Naturezas	19
Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos períodos findos em 2018 e 2017	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	63
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	65
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	69

RELATÓRIO DE GESTÃO

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por: Edmundo Martinho

Vice-Presidente: António Pedro de Sá Alves Sameiro

Secretário: Rui Pedro Brás Matos Heitor

Conselho de Administração:

Presidente: Montepio Seguros - SGPS, S.A. representada por: Virgílio Manuel Boavista Lima

Administrador Executivo: José Luís Esparteiro da Silva Leitão

Vogal: José António Fonseca Gonçalves

Vogal: Fundação Oriente representada por: João António Morais da Costa Pinto

Vogal: Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por:
Luís Miguel Marques Ferreira Cardoso

Conselho Fiscal:

Presidente: José Alarcão Troni

Vice-Presidente: Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel

Efetivo: Paula Alexandra Flores Noia de Silveira

Suplente: Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Sumário Executivo

Em 2018 assinalou-se o 30º Aniversário da Futuro, tema que marcou presença nas diversas iniciativas desenvolvidas pela Empresa ao longo do ano.

Os ativos sob gestão cresceram 1,3%, fazendo subir a quota de mercado para 8% e permitindo globalmente uma evolução positiva das receitas correntes.

As subscrições nos Fundos PPR foram alavancadas pela atribuição, em maio, de mais um prémio¹ para melhor Fundo PPR, desta vez atribuído ao Fundo PPR 5 ESTRELAS – o maior Fundo de Pensões PPR do mercado – na categoria de risco três, e em função da rentabilidade obtida no ano de 2017, que foi de 6,6%.

Por outro lado, seis novos Fundos PPR e dois novos Fundos Abertos iniciaram a sua comercialização, permitindo angariar um total de oito milhões de Euros até ao final do ano.

No mercado de empresas, foram angariadas sete novas Adesões Coletivas, sendo três relativas a empresas PME Líder – beneficiando do protocolo estabelecido com o IAPMEI no ano anterior – e não se verificaram saídas de quaisquer clientes institucionais.

A nível dos mercados financeiros, 2018 constituiu o pior ano desde a crise financeira, com rendibilidades negativas acentuadas, que afetaram os resultados obtidos nos Fundos sob gestão da Futuro.

O índice norte-americano *S&P 500* encerrou o ano com uma desvalorização de 6,2%, enquanto na Europa o *Eurostoxx 50* caiu 14,3%, o *PSI-20* 12,2% e o *MSCI Europe* 10%; o índice *MSCI* para os mercados emergentes recuou 16,6%.

A expectativa, no início do ano, era de que se verificasse um início de subida de taxas de juro a nível europeu mas, de facto, as *yields* da dívida alemã subiram ligeiramente no curto prazo (dois anos) mas desceram no longo prazo (10 anos). Por seu turno, os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã aumentaram (Portugal foi a exceção) e os *spreads* do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente desfavoráveis. Em consequência, os preços das obrigações também se retraíram.

Em resultado da evolução da atividade da Futuro sucintamente apresentada acima, e não obstante os resultados negativos dos mercados financeiros, o crescimento do volume de ativos sob gestão permitiu um aumento das receitas correntes face ao ano anterior. Verificou-se uma redução nos proveitos resultantes de comissões dependentes diretamente das rendibilidades, mas que foi parcialmente compensada pela redução de custos variáveis associados à mesma situação.

O exercício de 2018 terminou assim com um resultado bruto de € 1.089.604,60 e com o resultado líquido de € 831.254,62, a que corresponde uma rentabilidade do capital próprio de 11,1% e uma rentabilidade do capital social de 32,4%.

¹ Prémio inserido nos Prémios Anuais atribuídos pela APFIPP-Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e pelo Jornal de Negócios aos fundos com a melhor rentabilidade no ano anterior, dentro da respetiva categoria de risco.

Enquadramento Macroeconómico

De acordo com as estimativas do FMI de janeiro de 2019, a **economia mundial** deve ter crescido 3,7% em 2018, um valor em linha com as projeções de outubro de 2018, com esta manutenção das estimativas a ocorrer num contexto de um desempenho mais fraco em algumas economias, especialmente na Europa e na Ásia. Este crescimento estimado para 2018 representa uma desaceleração de 0,1 p.p. em relação ao observado em 2017.

Já para 2019 e 2020, o FMI reviu, em baixa, as previsões de crescimento, em 0,2 p.p. e 0,1 p.p., para 3,5% e 3,6%, respetivamente, sustentando estas revisões, em baixa, essencialmente, nos efeitos de, na Alemanha, terem sido introduzidos novos padrões para emissões poluentes de veículos e de, em Itália, as preocupações quanto aos riscos da dívida soberana e riscos financeiros, penalizarem a procura interna e na deterioração do sentimento nos mercados financeiros e da contração da economia da Turquia, que agora antecipa maior do que o anteriormente previsto.

Zona Euro

A **economia da Zona Euro** prosseguiu a recuperação ao longo de 2018, tendo, no entanto (de acordo com os dados ajustados de sazonalidade e de dias úteis pelo *Eurostat*), registado um crescimento médio anual do PIB de 1,8%, inferior ao observado no ano anterior (+2,5%), num ano marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB ligeiramente inferiores aos observados no passado recente, de apenas 0,2% nos dois últimos trimestres do ano, depois de ter crescido 0,4% nos dois primeiros trimestres do ano.

Ao longo do ano de 2018, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma **política monetária** expansionista, não alterando as suas taxas de referência: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – nos 0,00% e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósitos em 0,25% e -0,40% respetivamente, ao mesmo tempo que anunciou, em 26 de outubro de 2017, o terceiro prolongamento do programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – *APP*) até, pelo menos, dezembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 30 mil milhões de euros até ao final de setembro de 2018 (anterior período de vigência), mas a ser reduzido, para 15 mil milhões de euros, entre outubro e dezembro de 2018 (mês em que deu como terminado o programa).

Portugal

A nível nacional, após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015 e 1,9% em 2016 e acelerando fortemente no ano de 2017, para 2,8%, mas tendo desacelerado em 2018, com o PIB a crescer 2,1%, aliviando do maior ritmo de crescimento desde 2000 (+3,8%). O crescimento da economia em 2018 refletiu apenas o contributo da procura interna, observando-se um contributo negativo das exportações líquidas.

Para 2019, perspetiva-se um novo crescimento da atividade económica, mas em nova desaceleração, para 1,9%, um valor abaixo dos 2,2% previstos pelo Governo no OE 2019. O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2018, após o agravamento observado em 2017, que resultou, no entanto, essencialmente do impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Com efeito, o défice orçamental em 2017 ascendeu a 3,0% do PIB, representando uma deterioração anual do saldo de 1,0 p.p. (-2,0% em 2016), mas com o défice a ficar-se pelos 0,92%, se excluído o impacto acima referido, um valor, assim, bem inferior ao que tinha sido inicialmente estimado pelo Governo no OE 2018 (-1,4%).

Para 2018, estimamos uma redução do défice orçamental, para 0,6% do PIB (-3,0% em 2017), um valor que se apresenta ligeiramente mais favorável do que os 0,7% do PIB previstos pelo Governo no OE 2019, sendo apenas ligeiramente menos favorável do que o previsto pelo Conselho de Finanças Públicas (-0,5%, em 20/09/2018), devendo representar o défice mais baixo de toda a história democrática de Portugal, dado que o anterior défice mais baixo se verificou, de acordo com séries anuais mais longas, em 1974 (-1,0% do PIB).

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 8,9% em 2017 para 7,0% em 2018, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%). A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,0% em 2018, menos 0,4 p.p. que o apurado para 2017 (+1,4%, depois de +0,6% em 2016), ao passo que a inflação core abrandou para 0,7% em 2018 (+1,1% em 2017 e +0,7% em 2016).

Mercados Financeiros

O ano de 2018 contou com uma evolução negativa do sentimento nos mercados financeiros, devido ao comportamento muito negativo registado no quatro trimestre, nomeadamente ao nível do mercado acionista, observando-se movimentos maioritariamente negativos nos principais índices de ações no conjunto do ano.

Nos **EUA**, registaram-se desvalorizações no *Nasdaq*, no *Dow Jones* e no *S&P 500* (-3,9%, -5,6% e 6,2%, respetivamente), na **Europa**, o britânico *FTSE 100* caiu 12,5% e o *Eurostoxx 50* cedeu 14,3%, com o português *PSI-20* a registar também uma forte queda (-12,2%), sendo também de destacar, na Ásia, as descidas no japonês *Nikkei 225* (-12,1%) e no chinês *Shanghai Composite* (-24,6%). O índice *MSCI* para os mercados emergentes recuou (-16,6%).

As **yields da dívida alemã** subiram ligeiramente no curto prazo (dois anos), mas desceram no longo prazo (10 anos), enquanto, nos EUA, subiram nos dois casos.

Os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã aumentaram (Portugal foi a exceção) e os *spreads* do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente desfavoráveis.

As **yields da dívida portuguesa** a 10 anos desceram de 1,943%, no final de 2017, para 1,722%, no final de 2018, tendo registado em 30 de março (1,609%) níveis mínimos desde março de 2015. As taxas *Euribor* subiram ligeiramente em 2018, mas mantiveram-se próximas de mínimos históricos, refletindo a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE até ao final do ano, tendo apresentado valores negativos ao longo do ano nos três meses (subiu apenas 2 p.b., para -0,309%), nos seis meses (subiu apenas 3 p.b., para -0,237%) e nos 12 meses (subiu 7 p.b., para -0,117%).

As *Libor* do dólar também subiram em todos os prazos, como consequência dos aumentos do *target* para os *fed funds* realizados (quatro em 2018) e a realizar pela *Fed* em 2019.

Nas **commodities**, assistiu-se a fortes descidas dos índices compósitos, refletindo essencialmente a queda dos preços do petróleo. O sentimento foi suportado pela manutenção do clima favorável nas relações entre os EUA e a Coreia do Norte. Todavia, foi fortemente prejudicado pela materialização dos riscos de abrandamento anteriormente sinalizados para a segunda metade de 2018, em relação a algumas das principais economias mundiais, como corolário: i) da guerra comercial global instalada; ii) da penalização das ações das grandes empresas tecnológicas e da distribuição, que, devido à guerra comercial, anteciparam resultados menos favoráveis do que no início do ano, arrastando com elas a generalidade dos setores e dos principais índices mundiais; iii)

da turbulência nos mercados emergentes, com destaque para as crises na Turquia e na Argentina; iv) pelas perspectivas orçamentais de Itália, que teve um braço de ferro com a Comissão Europeia, com o acordo a ser conseguido apenas no final do ano, com base numa nova versão do orçamento apresentado por Roma após vários meses em que o país esteve na mira dos investidores.

Perspetivas

Em janeiro de 2019, o FMI considerou que os riscos para a previsão de crescimento da economia global tendem a ser negativos, realçando que uma escalada das tensões comerciais, além das já incorporadas nas últimas previsões da instituição, continua a ser uma importante fonte de risco. Uma das incertezas e fontes de risco que continua a ameaçar as perspectivas de crescimento global é o cenário de um eventual não acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*).

Para já, o FMI assumiu que existirá um acordo para este ano com uma transição gradual para o novo enquadramento. Mas o Fundo nota que se mantém uma elevada incerteza dada a proximidade da saída oficial. A instituição alerta ainda que um conjunto de fatores, além da escalada das tensões comerciais entre os EUA e a China, poderia deflagrar numa deterioração adicional do sentimento de risco, com implicações adversas no crescimento, especialmente devido aos elevados níveis de dívida pública e privada.

O FMI especifica que esses potenciais gatilhos incluem uma eventual (já referida) saída sem acordo do Reino Unido da União Europeia e uma desaceleração maior do que a prevista na China. Outros fatores de risco incluem a agenda política de novos governos, as tensões geopolíticas no Médio Oriente e no Leste asiático, assim como os riscos de outra natureza, decorrentes dos efeitos adversos das alterações climáticas e as contínuas quedas de confiança nas instituições e partidos políticos

Para a **economia portuguesa**, internamente, os principais desafios prendem-se:

i) com a situação ainda débil do sistema bancário;

ii) a permanência de alguns riscos políticos, resultantes dos resultados das próximas legislativas, nomeadamente devido à heterogeneidade da atual maioria parlamentar que suporta o Governo minoritário, num contexto em que o país continua comprometido com os objetivos de consolidação das finanças públicas exigidos por Bruxelas para o médio prazo, políticas que não têm o apoio dos partidos mais à esquerda que apoiam o atual Governo.

Do lado positivo, a recuperação do mercado de trabalho poderá continuar a superar as expectativas, suportando maiores crescimentos da procura interna.

Paralelamente, apesar do processo continuado de desalavancagem do setor privado não financeiro nos últimos anos, este encontra-se ainda endividado, pelo que o esforço de diminuição do nível de dívida terá que prosseguir, de modo a permitir que os principais agentes económicos, famílias e empresas não-financeiras, sejam capazes de continuar a fazer face ao serviço da dívida. Caso o processo de desalavancagem não prossiga, o risco de acréscimo do incumprimento de crédito poderá aumentar, com impacto negativo sobre a qualidade dos ativos dos bancos, em especial num contexto de futura subida das taxas de juro.

Externamente, a economia continua vulnerável à evolução da procura mundial, que, como cenário central, deverá continuar a subir, mas que também se encontra envolta em riscos.

Os riscos ascendentes são sobretudo decorrentes:

- i) do baixo preço do petróleo [o preço médio de 2019 deverá ser inferior ao de 2018], que deverá continuar a favorecer os termos de troca;
- ii) da possibilidade de a economia mundial poder crescer mais do que o antecipado.

Do lado negativo há que destacar:

- i) a incerteza política na Zona Euro (nomeadamente, o suporte parlamentar aos governos de Espanha, e Alemanha e a recente instabilidade vinda de França e Itália, nomeadamente decorrente da política orçamental que o atual Governo, com matriz eurocética e anti-imigração, pretendia implementar);
- ii) a possibilidade de um recrudescimento das tensões nos mercados financeiros, tornando o enquadramento internacional menos favorável do que o considerado nas projeções (os eventos recentes em Itália e os sinais de contágio observados) e impactando negativamente nas condições de financiamento da economia portuguesa;
- iii) uma apreciação demasiado rápida do euro poderá ser condicionadora da competitividade da economia (risco agora menos premente do que no início de 2018);
- iv) os efeitos da redução do caráter expansionista da política monetária do BCE nas yields da dívida portuguesa;
- v) o aumento do protecionismo a nível global;
- vi) o elevado risco geopolítico:
 - a) incerteza sobre a situação da Catalunha;
 - b) incerteza do processo *Brexit*;
 - c) incerteza relativamente à política económica e comercial que tem vindo a ser levada pelo Presidente dos EUA;
 - d) incerteza geopolítica no Médio Oriente (v.g. Síria), no Extremo Oriente (v.g. Coreia do Norte, mitigada pela realização da cimeira de Singapura entre este país e os EUA) e no Leste da Europa (Rússia/Ucrânia) e nas relações EUA/Rússia, EUA/Turquia e EUA/Arábia Saudita.

Evolução da Atividade

Os ativos sob gestão cresceram 1,3% em 2018, atingindo € 1.566 milhões e fazendo subir a quota geral de mercado da Futuro de 7,8% para 8% que assim manteve o sexto lugar no ranking das entidades gestoras de fundos de pensões. A quota de mercado no segmento de Fundos Abertos subiu de 18,7% em 2017 para 19,7%.



As subscrições nos Fundos PPR foram alavancadas pela atribuição, em maio, do Prémio de Melhor Fundo PPR (na categoria de risco 3) ao Fundo PPR 5 ESTRELAS – no âmbito dos Prémios anuais atribuídos pela APFIPP, em conjunto com o Jornal de Negócios. Este Fundo finalizou o ano de 2018 com uma carteira de ativos de € 137,36 Milhões, mantendo-se como o maior Fundo de Pensões PPR do mercado e ocupando o 18º lugar, considerando a sua dimensão.

Por outro lado, seis novos Fundos PPR e dois novos Fundos Abertos (não PPR) iniciaram a sua comercialização em 2018, permitindo adicionar à carteira de ativos um total de cerca de € 8 milhões. Os novos Clientes particulares angariados representaram 34,8% da produção total nos Fundos Abertos.

A fim de assegurar uma maior eficácia na gestão e também com o intuito de facilitar a comercialização de PPR pela principal rede de distribuição – Caixa Económica Montepio Geral –, procedeu-se à integração do Fundo PPR PLATINIUM no PPR GERAÇÃO ACTIVA. Ambos os Fundos possuíam uma política de investimentos muito semelhante e, em conjunto, as carteiras de ativos rondavam os € 16 milhões no final de 2017.

No mercado institucional, foram constituídas sete novas Adesões Coletivas, sendo três relativas a empresas com a distinção PME Líder.

O negócio pré-existente a nível de Fundos Fechados e Adesões Coletivas não sofreu alterações, mantendo-se em carteira todos os clientes existentes no final de 2017.

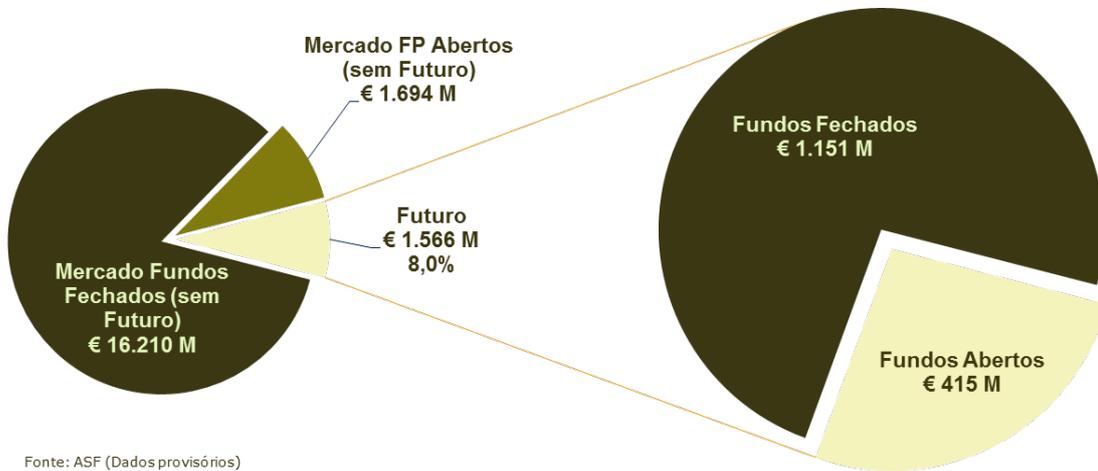
Prosseguindo os princípios de melhoria contínua e eficácia inerentes à Certificação da Qualidade atribuída pela APCER, a Futuro transitou em 2018 para a versão de 2015 do referencial normativo ISO 9001, assegurando zero não conformidades.

A aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados implicou igualmente uma adaptação de processos e reforço de comunicação com clientes.

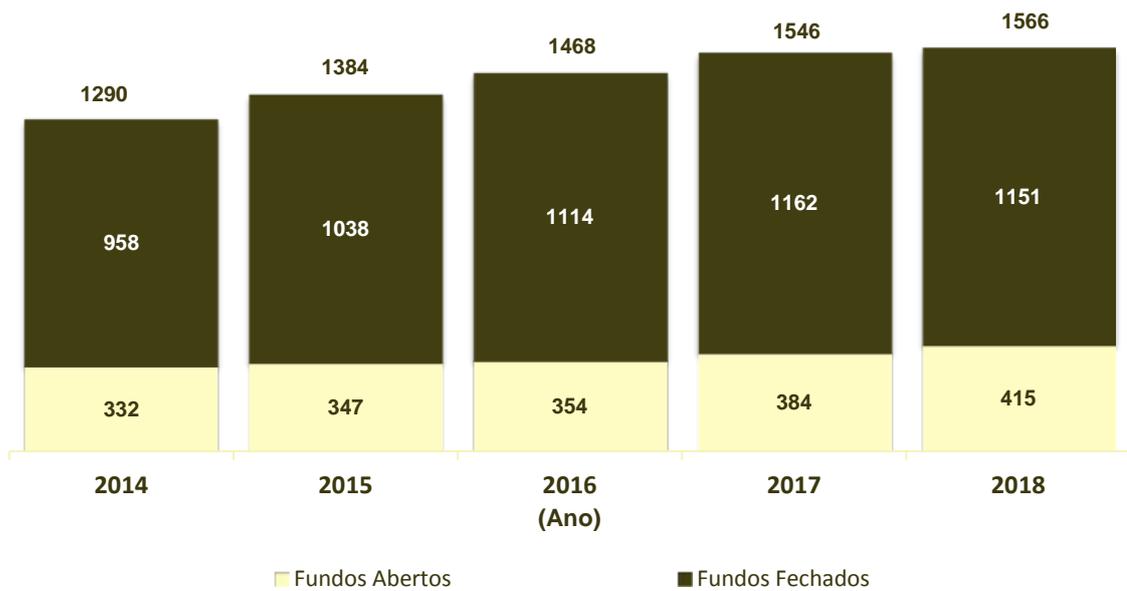
Não obstante o ano de 2018 ter ficado assinalado como o pior ano desde 2008 para os mercados financeiros, afetando negativamente a performance dos diversos fundos sob gestão, o crescimento das subscrições nos Fundos Abertos, a redução substancial do volume de reembolsos nestes mesmos veículos e ainda a angariação de novos clientes institucionais no final do ano anterior induziram não só um crescimento dos ativos sob gestão, como o crescimento das receitas correntes, gerando uma rendibilidade do capital social de 32,4%.

A redução da componente de comissões de gestão variáveis – que dependem da rendibilidade dos fundos – foi compensada pela redução do comissionamento equivalente a favor de prestadores de serviços, permitindo uma redução do total de custos de 16,3%.

Quota de Mercado 2018



Evolução dos Activos sob Gestão (Milhões de Euros)



Descrevem-se em seguida as principais iniciativas comerciais desenvolvidas em 2018:

Segmento de Clientes Particulares

Em 2018, a Futuro completou 30 anos de atividade e este Aniversário esteve em destaque e serviu de mote na primeira Campanha do trimestre. Durante todo o ano, em todas as peças de comunicação, a marca da Futuro assinalou o facto.

Em paralelo, nas ações decorridas até ao 3º trimestre, o conceito de comunicação da Futuro integrou a consciencialização sobre a proteção da natureza - sensibilizar para a importância da proteção da Reforma e do Ambiente, com vista a um futuro melhor.

Por essa razão, as duas primeiras Campanhas do ano tiveram associado um donativo a favor da Montis-Associação de Conservação da Natureza, com o objetivo de serem adquiridos terrenos florestais e assegurar a sua gestão, em prol da defesa da biodiversidade.

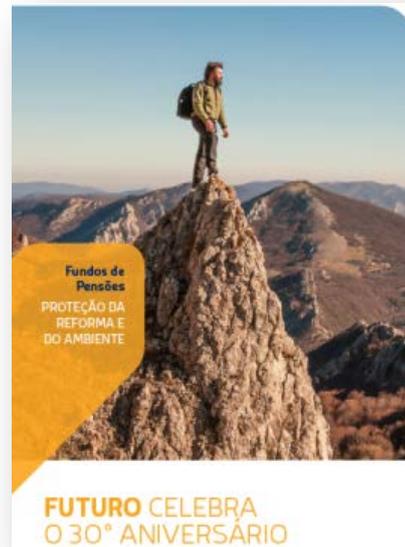


No mesmo âmbito, a Futuro apadrinhou, ao longo do ano, o Projeto OKAPI, desenvolvido pelo Jardim Zoológico de Lisboa, aproveitando, em contrapartida, a possibilidade de efetuar duas ativações de marca e oferecer ingressos no Zoo aos seus clientes.

Campanhas desenvolvidas ao longo do ano.

“PROTEÇÃO DA REFORMA E DO AMBIENTE”

A Campanha do 1º trimestre assinalou o 30º Aniversário da Futuro e promoveu as subscrições mensais. Este tipo de subscrição é responsável por uma parcela significativa do volume de produção anual, representando 18% das contribuições no final de 2018.



“CUIDE DA SUA REFORMA E PRESERVE O SEU FUTURO”

No 2º trimestre, premiámos os clientes com um Voucher para crédito de Unidades de Participação.





“VERÃO QUE VALE A PENA!”

Chegado o Verão, divulgou-se aos clientes o apoio da Futuro ao projeto Okapi e ofereceram--se Vouchers para entrada livre no Jardim Zoológico de Lisboa.

“O FUTURO É O PRESENTE!”



No final do ano, concebeu-se uma oferta especial para os clientes, associada a uma marca de prestígio. Assim sendo, a Futuro ofereceu o Cartão Dá com valores entre € 10 e € 200, em função dos valores subscritos em PPR. Este cartão permite compras nas diversas lojas do Grupo SONAE, tais como Continente, Worten, Sport Zone, Well's e Geostar.

Segmento Institucional e Empresas



Nas ações de promoção institucional, destacamos a presença da Futuro em eventos desportivos com notoriedade - Corrida Montepio, Corrida Sempre Mulher e Campeonato da Associação de Atletas de Dança Desportiva.



Adicionalmente, patrocinaram-se dois eventos na área de Recursos Humanos: Conferência APG- Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas e VI Conferência da Revista Human.

Responsabilidade Social

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a Futuro distribuiu em 2018 donativos a instituições que atuam na esfera social, educativa e ambiental, num total de € 13.213.

Foram contempladas as seguintes instituições: Apoio à Vida, Aprender em Parceria A PAR, Associação Hípica Terapêutica de Cascais e MONTIS - Associação de Conservação da Natureza.

Meios Humanos e Materiais

Recursos Humanos

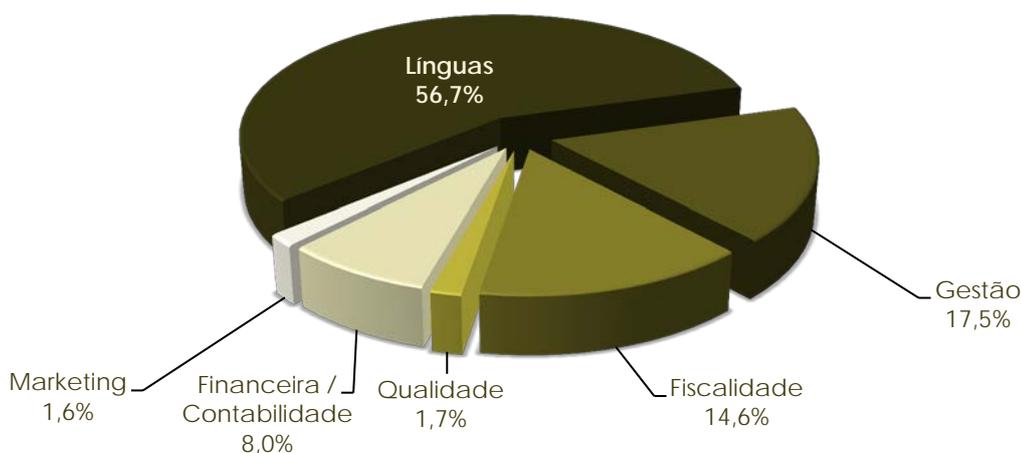
A Futuro encerrou o ano de 2018 com um quadro de pessoal de 31 profissionais.

Seguindo a prática habitual, a Futuro admitiu para estágio duas pessoas durante o ano, uma com formação na área de Contabilidade e outra para reforço da equipa de informática. Esta iniciativa tem como objetivo auxiliar os jovens a ingressar no mercado laboral e desenvolver as suas capacidades.

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente. Foram ministradas ações de formação que envolveram a totalidade dos colaboradores da empresa e que atingiram cerca de 740 horas formativas, com particular destaque para o reforço de competências na área de línguas e também na área da proteção de dados, face à entrada em vigor do novo RGPD.

As horas de formação realizadas durante o ano incidiram sobre os seguintes temas (distribuição considerando o número de horas de formação): Línguas: 56,7%, Gestão: 17,5%, Fiscalidade: 14,6%, Qualidade: 1,7%, Financeira/Contabilidade: 8% e Marketing: 1,6%.

Peso da formação por área (nºhoras)



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a eficácia das ações de formação, bem como a utilidade e qualidade das empresas formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro

A Futuro tem um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, à data de reforma, estejam ao serviço da Empresa e reúnam os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem ainda direitos adquiridos ao abrigo deste plano de pensões. A Sociedade Gestora tem cumprido com as contribuições necessárias para a Adesão Coletiva da Futuro ao Fundo de Pensões VIVA, estando as responsabilidades totalmente financiadas.

Infraestruturas

Proseguiu, em 2018, o desenvolvimento, por entidade externa, de uma nova aplicação de Gestão de Participantes, desenhada à medida.

Esta aplicação permite dotar a empresa de maior grau de segurança no que se refere a estrutura e suporte técnico na área de gestão de participantes. O novo *Software* vem igualmente contribuir para uma melhoria da eficácia da área de tecnologias de informação, uma vez que se prevê que, após a sua plena entrada em funcionamento, liberte recursos para atuação noutras vertentes essenciais para o bom funcionamento da Empresa.

O portal de acesso *online* Netfuturo teve também evoluções, a fim de o manter apelativo e constantemente adaptado às novas necessidades das empresas Clientes.

Sistema Integrado de Gestão

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro junta ao cumprimento dos requisitos da *ISO 9001*, a conformidade com a Norma 8/2009 (SGRC) da ASF e das normas *GIPS*. O sistema evidencia níveis de integração elevados e métodos consistentes de identificação de riscos a que a entidade gestora e os fundos de pensões geridos se encontram expostos, metodologia que está em consonância com o exigido na Norma *ISO 9001:2015* para a qual a empresa transitou em 2018, com “Zero Não Conformidades”.

A Transição para esta nova norma foi atestada pelos certificados emitidos pela APCER, o “Certificado de Conformidade” e o “Certificado *Iqnet- International Certification Network*”. A Certificação é válida até maio de 2021 e foi obtida em outubro de 2001, data em que a Futuro atingiu a liderança como empresa certificada na área da Gestão da Qualidade. A certificação atribuída cobre todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem concorrido para a satisfação dos Clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança de importantes empresas e de dezenas de milhar de participantes individuais que confiaram à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) compreende o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI) e ainda a Certificação *GIPS* e é composto por 11 processos que se interligam entre si – os processos de suporte recolhem informação e articulam-se com os operacionais – e que concretizam a oferta de Produtos e Serviços da empresa.

GIPS Compliance

Desde 2013 a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas *GIPS - Global Investment Performance Standards*², as quais exigem o cumprimento de um conjunto de

² Para receber a lista descritiva dos vários Compósitos da Futuro, pode contactar-nos através do número de telefone (+351) 210 416 005 ou através do endereço eletrónico geral@futuro-sa.pt.

princípios padronizados e internacionalmente aceites na avaliação das rendibilidades dos Fundos sob gestão.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

Em conformidade com a Norma Regulamentar Nº 8/2009-R, de 4 de Junho – Gestão de Risco e Controlo Interno, a Futuro prosseguiu o trabalho de validação do sistema de forma abrangente, incidindo sobre todas as atividades da empresa.

A função de Auditoria Interna assegura a necessária independência no cumprimento da sua função-chave no sistema de controlo interno. Relativamente ao exercício de 2018, foi verificado o cumprimento e validada a eficácia do sistema e seus controlos, visando a melhoria contínua da atividade e a mitigação dos seus riscos.

A função de *Compliance*, desenvolvida pela Área de Gestão de Risco e *Compliance* da Futuro assegura o cumprimento dos deveres e obrigações legais e procede à análise do impacto de alterações legais na atividade da instituição. Neste âmbito, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos, sendo emitidas recomendações sempre que oportuno, no sentido de evitar a ocorrência de observações por parte das entidades de supervisão.

Riscos associados à atividade da Entidade Gestora

O comportamento dos mercados financeiros condicionou as rendibilidades das carteiras geridas, mas sem afetar os requisitos de solvência da Sociedade, que se mantiveram devidamente enquadrados nos requisitos legais, face ao volume de ativos em gestão e ao tipo de garantias prestadas nos fundos.

Ao nível das alterações de legislação com impacto na atividade, destaca-se a entrada em vigor do novo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, para o qual foi desenvolvido um projeto de adaptação às novas exigências daí decorrentes. As restantes alterações ocorridas durante o ano não tiveram impacto significativo na atividade corrente da Sociedade.

Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de Tesouraria aplicados apenas em Depósitos a Prazo.

Risco dos Fundos Geridos

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

Ao longo do ano, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre as medidas sucessivamente implementadas em termos da estratégia delineada.

Além da intervenção deste Órgão, as carteiras de ativos foram permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais.

Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado bruto apurado no exercício foi de € 1.089.604,60 e o resultado líquido resultante de € 831.254,62, a que corresponde uma rentabilidade do capital próprio de 11,1% e uma rentabilidade do capital social de 32,4%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Distribuição de dividendos: € 359.352,00 (€ 0,70/ação);
- Transferência para outras reservas € 471.902,62.

Nota Final

O Conselho de Administração agradece o empenho de todos os Colaboradores da Futuro, graças aos quais foi possível alcançar os bons resultados de 2018 e manter o nível de satisfação dos Clientes.

Agradece-se também o contributo das diversas entidades que dão o seu suporte direto ou indireto ao bom desempenho da Sociedade e ao bom funcionamento do mercado de Fundos de Pensões e, em particular:

- A Caixa Económica Montepio Geral, na qualidade de entidade comercializadora dos Fundos geridos pela Sociedade;
- Outras entidades comercializadoras e consultores que têm vindo a colaborar com a Futuro e a contribuir para o seu crescimento;
- A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta dos ativos;
- A ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, como entidade supervisora;
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, pelo seu papel na defesa e desenvolvimento do mercado de Fundos de Pensões;
- O Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, Francisco de Medeiros Cordeiro, pela sua atuação em prol da transparência e boas práticas dos diversos operadores.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Presidente:	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador Executivo:	José Luís Esparteiro da Silva Leitão
Vogal:	José António Fonseca Gonçalves
Vogal:	Luís Miguel Marques Ferreira Cardoso
Vogal:	João António Morais da Costa Pinto



Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Unidade: Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	108.373	110.037
Propriedades de investimento	8	315.576	323.702
Ativos intangíveis	9	173.697	235.394
Outros investimentos financeiros	10	454	204
Ativos por impostos diferidos	11	261.638	273.600
		859.738	942.937
Ativo corrente			
Clientes	12	1.421.701	2.351.233
Estado e outros entes públicos	13	41.009	-
Outros créditos a receber	14	61.540	121.776
Diferimentos	15	21.852	108
Ativos financeiros detidos para negociação	16	353.328	351.924
Caixa e depósitos bancários	5	9.179.494	8.710.713
		11.078.924	11.535.754
Total do ativo		11.938.662	12.478.691
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	17	2.566.800	2.566.800
Reservas legais	18	513.360	513.360
Outras reservas	19	3.698.160	4.152.617
Resultados transitados	20 e 21	-	-1.206.975
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		-90.587	-10.813
Resultado líquido do período		831.255	1.101.603
Total do capital próprio		7.518.988	7.116.592
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	22	2.871.611	2.924.776
		2.871.611	2.924.776
Passivo corrente			
Fornecedores	23	112.456	89.601
Estado e outros entes públicos	13	112.149	110.604
Outras dívidas a pagar	24	1.318.958	2.232.618
Diferimentos	15	4.500	4.500
		1.548.063	2.437.323
Total do passivo		4.419.674	5.362.099
Total do capital próprio e do passivo		11.938.662	12.478.691

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	25	7.534.943	9.125.168
Fornecimentos e serviços externos	26	(2.550.081)	(4.147.824)
Gastos com o pessoal	27	(1.885.157)	(1.911.685)
Provisões (aumentos/reduções)	28	53.165	225.720
Aumentos / reduções de justo valor	29	1.403	2.560
Outros rendimentos	30	56.227	55.873
Outros gastos	31	(2.123.773)	(1.969.764)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.086.727	1.380.048
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	32	(86.972)	(81.209)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		999.755	1.298.839
Juros e rendimentos similares obtidos	33	89.850	140.595
Resultado antes de impostos		1.089.605	1.439.434
Imposto sobre o rendimento do período	11	(258.350)	(337.831)
Resultado líquido do período		831.255	1.101.603
Resultado por ação básico		1,62	2,15

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos períodos findos em 2018 e 2017

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2017	1	2.566.800	-	-	-	513.360	4.152.617	(1.519.450)	-	(33.240)	502.418	6.182.505	-	6.182.505
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	-	-	-	22.427	22.427	-	22.427	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										1.101.603	1.101.603	-	1.101.603
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										1.101.603	1.124.030	-	1.124.030
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.943)	(189.943)	-	(189.943)
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	312.475	-	-	(312.475)	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	312.475	-	-	(502.418)	(189.943)	-	(189.943)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2017	6=1+2+3+5	2.566.800	-	-	-	513.360	4.152.617	(1.206.975)	-	(10.813)	1.101.603	7.116.592	-	7.116.592
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	-	-	-	-	-	(79.774)	(79.774)	-	(79.774)	
		-	-	-	-	-	-	-	-	(79.774)	-	(79.774)	-	(79.774)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										831.255	831.255	-	831.255
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										831.255	751.481	-	751.481
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições		-	-	-	-	-	(349.085)	-	-	-	-	(349.085)	-	(349.085)
Outras operações	10	-	-	-	-	-	(105.372)	1.206.975	-	-	(1.101.603)	-	-	-
		-	-	-	-	-	(454.457)	1.206.975	-	-	(1.101.603)	(349.085)	-	(349.085)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2018	11=6+7+8+10	2.566.800	-	-	-	513.360	3.698.160	-	-	(90.587)	831.255	7.518.988	-	7.518.988

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período Findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Unidade: Euro

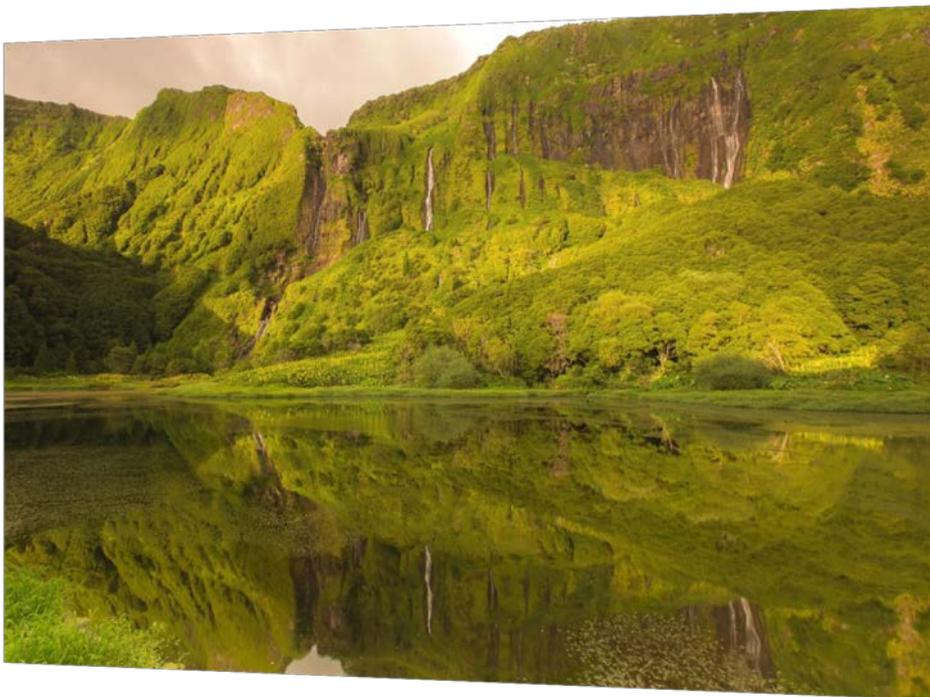
RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	8.879.948	8.721.091
Pagamentos a fornecedores	(5.658.358)	(5.293.121)
Pagamentos ao pessoal	(857.375)	(851.352)
Caixa gerada pelas operações	2.364.215	2.576.618
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(248.333)	-
Outros recebimentos/pagamentos	(1.491.259)	(1.363.094)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	624.623	1.213.524
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(18.263)	(52.322)
<i>Ativos intangíveis</i>	(1.801)	(40.386)
Recebimentos provenientes de:		
<i>Investimentos financeiros</i>	-	1.489.824
<i>Outros ativos</i>	55.814	55.814
<i>Juros e rendimentos similares</i>	157.492	58.759
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	193.242	1.511.689
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Juros e gastos similares</i>		
<i>Dividendos</i>	(349.085)	(189.943)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(349.085)	(189.943)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	468.781	2.535.270
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.710.713	6.175.443
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.179.494	8.710.713

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• • •



Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euro)

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo nº 42, 6º piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Sede Social
Montepio Seguros SGPS, S.A.	Rua de São Domingos à Lapa, 35 1249-130 LISBOA
Fundação Oriente	Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA
NAV PORTUGAL, E.P.E.	Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF
- Fundo de Pensões Pinto Basto Comercial e Empresas coligadas
- Fundo de Pensões WESHARE
- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões Arliquido
- Fundo de Pensões Ferro
- Fundo de Pensões Xerox

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro
- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro
- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões Futuro Life
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Acções Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado

- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento

Durante o exercício de 2018 a Sociedade iniciou a gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado

Durante o exercício de 2018 o Fundo de Pensões PPR Platinum foi integrado no Fundo de Pensões PPR Geração Activa.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCFR"), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2019, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Nota 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCFR

As NCFR não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

Nota 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Propriedades de Investimento

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta (caso seja outro método alterar), após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos	
Edifícios e outras construções	50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

c) Ativos fixos intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Anos	
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	3

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

d) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

e) Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para o período de 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e

• • •

- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

j) Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

Os planos de pensões existentes na Empresa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Empresa relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor

atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Empresa multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Empresa reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com a prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é calculada periodicamente, por norma trimestralmente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010 a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões Garantia de Futuro e Fundo de Pensões Futuro Plus, em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de fevereiro de 2019, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 40.

p) Instrumentos Financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associado a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Empresa designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

A Empresa optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se no entanto que o Conselho de Administração propôs à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de € 359.352, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

q) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 31).

r) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

s) Garantia a Clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia será concretizada, pela primeira vez, no dia 31/10/2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano a partir de 18-06-2014.

t) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 29. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no

entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

O justo valor da propriedade de investimento tal como divulgado nas demonstrações financeiras, baseia-se numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2018	2017
	Euro	Euro
Depósitos a prazo	9.050.000	8.550.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	128.994	160.213
Caixa	500	500
Caixa e depósitos bancários	<u>9.179.494</u>	<u>8.710.713</u>

As taxas de Juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2018 variaram entre 0,375% e 2,00% (2017: variava entre 0,75% e 2,00%).

A taxa de Juro dos depósitos à ordem existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era nula.

NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado o registo de erros.

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	2018	2017
	Euro	Euro
Valor Bruto		
Equipamento básico	122.470	122.470
Equipamento administrativo	394.925	381.543
Património artístico	44.478	44.478
	<u>561.873</u>	<u>548.491</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(15.046)	(16.648)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(438.454)	(421.806)
	<u>(453.500)</u>	<u>(438.454)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>108.373</u>	<u>110.037</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2018 são analisados como segue:

	2018				
	Saldo em jan-18	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-18
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	122.470	-	-	-	122.470
Equipamento administrativo	381.543	13.382	-	-	394.925
Património artístico	44.478	-	-	-	44.478
	<u>548.491</u>	<u>13.382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>561.873</u>
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	121.737	373	-	-	122.110
Equipamento administrativo	316.717	14.673	-	-	331.390
	<u>438.454</u>	<u>15.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>453.500</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2017 são analisados como segue:

2017					
	Saldo em jan-17	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-17
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	122.470	-	-	-	122.470
Equipamento administrativo	322.498	59.045	-	-	381.543
Património artístico	44.478	-	-	-	44.478
	<u>489.446</u>	<u>59.045</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>548.491</u>
	Saldo em jan-17	Depreciação do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-17
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	121.364	373	-	-	121.737
Equipamento administrativo	300.442	16.275	-	-	316.717
	<u>421.806</u>	<u>16.648</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>438.454</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A variação das Propriedades de investimento é analisada como segue:

	2018 Euro	2017 Euro
Valor Bruto		
Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B	541.727	541.727
	<u>541.727</u>	<u>541.727</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(8.126)	(8.126)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(218.025)	(209.899)
	<u>(226.151)</u>	<u>(218.025)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>315.576</u>	<u>323.702</u>

2018				
	Saldo em jan-18 Euro	Compras Euro	Alienações Euro	Saldo em dez-18 Euro
Valor bruto				
Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B	541.727	-	-	541.727
	<u>541.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>541.727</u>
	Saldo em jan-18 Euro	Depreciação do período Euro	Perdas por imparidade Euro	Saldo em dez-18 Euro
Depreciações acumuladas e imparidades				
Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B	218.025	8.126	-	226.151
	<u>218.025</u>	<u>8.126</u>	<u>-</u>	<u>226.151</u>
2017				
	Saldo em jan-17 Euro	Compras Euro	Alienações Euro	Saldo em dez-17 Euro
Valor bruto				
Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B	541.727	-	-	541.727
	<u>541.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>541.727</u>
	Saldo em jan-17 Euro	Depreciação do período Euro	Perdas por imparidade Euro	Saldo em dez-17 Euro
Depreciações acumuladas e imparidades				
Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B	209.899	8.126	-	218.025
	<u>209.899</u>	<u>8.126</u>	<u>-</u>	<u>218.025</u>

O imóvel, que é propriedade da Futuro, situado na Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B em Lisboa, encontra-se arrendado à Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária, S.A. O detalhe das rendas recebidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentado como segue:

2018			
Rendas	Gastos operacionais diretos que geraram rendimentos	Gastos operacionais diretos que não geraram rendimentos	
Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	55.814	-	-
	<u>55.814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
2017			
Rendas	Gastos operacionais diretos que geraram rendimentos	Gastos operacionais diretos que não geraram rendimentos	
Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	55.814	-	-
	<u>55.814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada e foi fixado em € 752.900.

NOTA 9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	2018	2017
	Euro	Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	676.315	643.204
Outros ativos intangíveis	11.325	9.222
Ativos fixos intangíveis em curso	101.608	134.719
	<u>789.248</u>	<u>787.145</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(63.800)	(56.435)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(551.751)	(495.316)
	<u>(615.551)</u>	<u>(551.751)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>173.697</u>	<u>235.394</u>

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2018 são analisados como segue:

2018					
	Saldo em jan-18	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-18
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Programas de computador	643.204	-	-	33.111	676.315
Outros ativos intangíveis	9.222	2.103	-	-	11.325
Ativos fixos intangíveis em curso	134.719	-	-	(33.111)	101.608
	<u>787.145</u>	<u>2.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>789.248</u>
	Saldo em jan-18	Amortização do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-18
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	543.995	61.174	-	-	605.169
Outros ativos intangíveis	7.756	2.626	-	-	10.382
	<u>551.751</u>	<u>63.800</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>615.551</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2017 são analisados como segue:

2017					
	Saldo em jan-17	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-17
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Programas de computador	642.772	432	-	-	643.204
Outros ativos intangíveis	7.652	1.570	-	-	9.222
Ativos fixos intangíveis em curso	96.397	38.322	-	-	134.719
	<u>746.821</u>	<u>40.324</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>787.145</u>
	Saldo em jan-17	Amortização do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-17
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Amortizações acumuladas e imparidades					
Programas de computador	487.664	56.331	-	-	543.995
Outros ativos intangíveis	7.652	104	-	-	7.756
	<u>495.316</u>	<u>56.435</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>551.751</u>

Os Ativos fixos intangíveis em curso incluem uma aplicação informática no valor de € 66.420, que tem como objetivo suportar a atividade desenvolvida nos balcões da CEMG, relativa à subscrição e resgate de unidades de participação dos Fundos Abertos.

A rubrica Ativos fixos intangíveis em curso inclui os gastos com o desenvolvimento de duas aplicações informáticas:

- *Software* de gestão de participantes nas unidades de participação dos Fundos Abertos;
- Nova página para internet.

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

• • •

NOTA 10 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

2018					
	Saldo em jan-18 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em dez-18 Euro
F. Compensação Trabalho	204	250	-	-	454
	204	250	-	-	454
2017					
	Saldo em jan-17 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em dez-17 Euro
F. Compensação Trabalho	93	111	-	-	204
	93	111	-	-	204

NOTA 11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	2018 Euro	2017 Euro
Imposto corrente	246.388	287.044
Impostos diferidos	11.962	50.787
	258.350	337.831

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Total (b)	<u>22,5%</u>	<u>22,5%</u>

(a) Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	<u>Activos por Impostos Diferidos</u>		<u>Passivos por Impostos Diferidos</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>dez 2018</u>	<u>dez 2017</u>	<u>dez 2018</u>	<u>dez 2017</u>	<u>dez 2018</u>	<u>dez 2017</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Provisões / Imparidades						
Provisões não aceites fiscalmente	261.638	273.600	-	-	261.638	273.600
	<u>261.638</u>	<u>273.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>261.638</u>	<u>273.600</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2018 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	273.600	(11.962)	261.638
	<u>273.600</u>	<u>(11.962)</u>	<u>261.638</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2017 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	324.387	(50.787)	273.600
	<u>324.387</u>	<u>(50.787)</u>	<u>273.600</u>

• • •

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2018 e 2017, é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Resultados antes de impostos	1.089.605	1.439.434
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	228.817	302.281
Diferenças permanentes		
Outros	(164)	4.908
Diferenças temporárias		
Imparidades e provisões	(53.165)	(225.720)
Matéria coletável / Coleta	1.036.276	1.218.622
Imposto	217.018	255.911
Tributação autónoma	13.826	12.854
Derrama	15.544	18.279
Imposto corrente	246.388	287.044
Imposto diferido	11.962	50.787
Imposto sobre o Rendimento do Período	258.350	337.831
	23,7%	23,5%

NOTA 12 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Fundos de Pensões Fechados	1.047.507	1.991.144
Fundos de Pensões Abertos	374.194	360.089
	1.421.701	2.351.233

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2018 e 2017, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

NOTA 13 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As rubricas Estado e outros entes públicos a receber e a pagar são analisadas como segue:

	2018		2017	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
	Euro	Euro	Euro	Euro
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Estimativa imposto	39.220	-	-	16.051
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.789	27.884	-	26.504
Contribuições para a Segurança Social	-	30.292	-	31.416
Outras Taxas	-	53.973	-	36.633
	<u>41.009</u>	<u>112.149</u>	<u>-</u>	<u>110.604</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a (pagar) / receber durante o exercício de 2018, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.051)
Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior	16.051
Pagamentos efetuados no exercício:	
- Pagamentos por conta do exercício	215.805
- Pagamentos especial por conta do exercício	16.477
- Retenções na fonte	53.326
Dotação para imposto corrente sobre lucros	(246.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>39.220</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 11.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outras taxas inclui o montante de € 41.317 (2017: € 24.148) relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. Em 2018 e em 2017, a taxa em vigor foi 0,048%.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

NOTA 14 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	<u>2018</u> Euro	<u>2017</u> Euro
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a Receber	33.384	101.026
Outros devedores e credores		
Benefícios pós-emprego	19.052	8.463
Outros Devedores	9.104	12.287
	<u>61.540</u>	<u>121.776</u>

A rubrica Outros devedores e credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 34.

NOTA 15 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	<u>2018</u> Euro	<u>2017</u> Euro
Diferimentos Ativos		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A	14.109	-
Montepio Geral Associação Mutualista	7.633	-
Diversos	110	108
	<u>21.852</u>	<u>108</u>

A rubrica Diferimentos passivos é analisada como segue:

	<u>2018</u> Euro	<u>2017</u> Euro
Diferimentos Passivos		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	4.500	4.500
	<u>4.500</u>	<u>4.500</u>

NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2018		2017	
	Quantidade	Valor contabilístico Euro	Quantidade	Valor contabilístico Euro
Fundos de investimento:				
VIP	36.770	350.014	36.770	348.693
Novimovest	467	3.314	467	3.231
		<u>353.328</u>		<u>351.924</u>

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados.

NOTA 17 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de €2.566.800, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de €5, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2018, é a seguinte:

	Número de ações	Capital Euro	%
Montepio Seguros SGPS, S.A.	394.128	1.970.640	76,78%
Fundação Oriente	53.100	265.500	10,34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26.190	130.950	5,10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19.974	99.870	3,89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19.968	99.840	3,89%
	<u>513.360</u>	<u>2.566.800</u>	<u>100,00%</u>

Relativamente ao exercício de 2018 não houve qualquer alteração da estrutura acionista face a 2017.

NOTA 18 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	2018	2017
	Euro	Euro
Reservas Legais	<u>513.360</u>	<u>513.360</u>
	<u>513.360</u>	<u>513.360</u>

NOTA 19 – OUTRAS RESERVAS

A rubrica Outras reservas inclui reservas livres, constituídas com o objetivo de permitir uma política de distribuição de dividendos equilibrada, ao longo dos exercícios, evitando assim oscilações significativas inerentes aos resultados obtidos.

NOTA 20 – RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o ano de 2018, foi transferido para Resultados Transitados o resultado líquido do ano 2017, no montante de €1.101.603, acrescido de €105.372 da rubrica de outras reservas, para cobertura dos resultados transitados negativos, conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 22 de março de 2018.

Durante o ano de 2017, o movimento em Resultados Transitados efetuado foi a aplicação de Resultados do ano de 2016.

Foi transferido para Resultados Transitados o resultado líquido do ano 2016, no montante de € 312.475 conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 30 de março de 2017.

A rubrica Resultados Transitados apresenta-se como se segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Resultados transitados	<u>-</u>	<u>1.206.975</u>
	<u>-</u>	<u>1.206.975</u>

NOTA 21 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 22 de março de 2018, a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos em 2018 de € 349.085.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2017, a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos em 2017 de €189.943.

NOTA 22 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Riscos de investimentos	1.162.835	1.216.000
Outras provisões	1.708.776	1.708.776
	<u>2.871.611</u>	<u>2.924.776</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

2018						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Ajustamentos	Utilizações	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	1.216.000	-	(53.165)	-	-	1.162.835
Outras provisões	1.708.776	-	-	-	-	1.708.776
	<u>2.924.776</u>	<u>-</u>	<u>(53.165)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.871.611</u>

2017						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Ajustamentos	Utilizações	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	1.441.720	-	(225.720)	-	-	1.216.000
Outras provisões	1.708.776	-	-	-	-	1.708.776
	<u>3.150.496</u>	<u>-</u>	<u>(225.720)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.924.776</u>

A rubrica Riscos de investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada a alguns planos de Fundos de Pensões.

A rubrica Outras Provisões regista provisões para contingências fiscais no montante de € 1.708.776 (2017: € 1.708.776), e referente à imputação da cobrança de imposto de selo sobre as comissões pagas à Sociedade por Fundos de Pensões geridos, relativas a exercícios anteriores.

NOTA 23 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Wavemaker - Serviços Publicitários	51.542	-
Longo Prazo - Consultores de Gestão, SA	22.878	-
CTT Correios de Portugal	7.621	9.210
Bloomberg L.P.	5.665	-
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	5.432	5.432
GT - Get Together, Lda	3.379	-
GPA - Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados	2.843	-
E.A.D - Empresa de Arquivo e Documentação, SA	1.930	-
Anser Solutions Unipessoal	1.687	-
Mediaedge Cia - Serviços Publicitários Lda	-	50.743
Bioglobal - Biometria E Comunicações Globais, SA	-	6.780
Credi invest SA	-	6.162
Casa do Marquês, S.A.	-	192
Outros	9.479	11.082
	112.456	89.601

As rubricas Mediaedge Cia e Wavemaker correspondem a montantes por liquidar a esta Sociedade, relativos a campanhas publicitárias.

NOTA 24 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras Contas a Pagar tem a seguinte composição:

	2018	2017
	Euro	Euro
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	210.041	216.846
- SFS - Gestão Consultoria, S.A.	112.882	-
- Gratificações excepcionais a colaboradores	80.665	78.780
- KPMG - Auditores, S.A.	11.070	10.332
- FNAC Portugal, Lda.	-	76.102
- Outros credores por acréscimos de gastos	955	1.603
Outros devedores e credores		
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	512.599	508.072
- Montepio Gestão de Activos SGFI, S. A.	233.214	1.206.495
- Fundo de Pensões Viva	65.832	70.025
- METLIFE	35.462	24.017
- Fundo PPR 5 Estrelas	35.000	35.000
- Crediinvest, S.A.	14.033	-
- Outros	7.205	5.346
	1.318.958	2.232.618

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

A rubrica Montepio Gestão de Activos SGFI, S.A., regista os montantes a pagar referentes às prestações de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 31.

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é referente à reposição de comissões de gestão a Clientes institucionais.

O saldo a favor do Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas corresponde à especialização do exercício de ofertas a Clientes a pagar em 2019.

A rubrica KPMG regista os honorários a liquidar ao Revisor Oficial de Contas no âmbito das suas funções no valor de €11.070, incluindo IVA, conforme notas 26 e 39.

NOTA 25 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	2018	2017
	Euro	Euro
Fundos fechados:		
Comissão de gestão - Parte Fixa	3.535.414	3.540.550
Comissão sobre contribuições	138.584	56.297
Comissão de gestão - Parte Variável	194.239	2.023.675
	<u>3.868.237</u>	<u>5.620.522</u>
Fundos abertos:		
Comissão de gestão	3.574.515	3.384.717
Comissão de reembolso	92.191	119.929
	<u>3.666.706</u>	<u>3.504.645</u>
	<u>7.534.943</u>	<u>9.125.168</u>

• • •

NOTA 26 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
	Euro	Euro
Trabalhos especializados	1.843.874	3.512.525
Outra publicidade	230.869	172.195
Artigos para oferta	171.798	193.773
Comunicação	135.171	119.296
Honorários	34.194	44.526
Rendas e alugueres	28.452	19.942
Publicidade em jornais e revistas	25.449	1.184
Deslocações, estadas e transportes	24.975	19.659
Artigos de cafetaria	8.486	8.724
Energia e fluidos	8.240	7.327
Despesas de representação	5.989	2.709
Limpeza, higiene e conforto	5.940	6.322
Serviços Bancários	5.132	4.923
Seguros	5.114	4.244
Material de Escritório	4.105	3.752
Conservação e reparação	3.117	5.984
Contencioso e Notariado	2.079	14.870
Outros	7.097	5.869
	2.550.081	4.147.824

Os gastos com trabalhos especializados traduzem, essencialmente, as prestações de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão Ativos - SGFI, SA.

Em 2018 e 2017, a rubrica Honorários inclui os valores referentes à revisão legal de contas no valor de € 11.070, incluindo IVA, conforme notas 24 e 39.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da sociedade.

As rendas e alugueres incluem rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de € 20.819 (2017: € 19.942).

NOTA 27 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2018 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 31 colaboradores (2017: 30).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
	Euro	Euro
Remunerações	1.283.343	1.307.135
Encargos sobre remunerações	290.006	291.664
Benefícios pós-emprego	124.299	127.070
Seguros	93.307	91.647
Gratificação excepcional	80.665	78.780
Outros	13.537	15.389
	<u>1.885.157</u>	<u>1.911.685</u>

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 34.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 36.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Benefícios de curto prazo dos empregados	350.421	341.608
Benefícios pós-emprego	27.122	35.434
	<u>377.543</u>	<u>377.042</u>

NOTA 28 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Provisões		
Aumento de provisões	-	-
Redução de provisões	(53.165)	(225.720)
	<u>(53.165)</u>	<u>(225.720)</u>

NOTA 29 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor:		
Ativos financeiros detidos para negociação	1.403	2.560
	<u>1.403</u>	<u>2.560</u>

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Rendas	55.814	55.814
Diferenças de câmbio favoráveis	-	59
Outros	413	-
	<u>56.227</u>	<u>55.873</u>

A rubrica Rendas refere-se a rendas recebidas do imóvel sito na Rua General Firmino Miguel, nº 5 - 9º B, conforme nota 8.

NOTA 31 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

	2018	2017
	Euro	Euro
Comissões de comercialização	2.084.471	1.923.500
Impostos	14.450	20.301
Donativos	13.213	15.000
Quotizações	10.575	10.100
Outros	1.064	863
	<u>2.123.773</u>	<u>1.969.764</u>

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. e Mii Capital.

NOTA 32 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
	<hr/>	<hr/>
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	15.046	16.648
Propriedades de investimento (nota 8)	8.126	8.126
Ativos intangíveis (nota 9)	63.800	56.435
	<hr/>	<hr/>
	86.972	81.209
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

NOTA 33 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
	<hr/>	<hr/>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	78.084	128.840
Outros rendimentos	11.766	11.755
	<hr/>	<hr/>
	89.850	140.595
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

NOTA 34 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2018	2017
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	2,20%	2,00%
Taxa de desconto	2,20%	2,00%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 + 1	TV 88/90 + 1
Mulheres	TV 88/90 + 2	TV 88/90 + 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

UCP - Unit Credit projectado

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2018, a *duration* das responsabilidades ascende a 22,5 anos (31 de dezembro de 2017: 23,6 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2018	2017
Ativos	29	28
Reformados e sobreviventes	1	1
	30	29

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

	<u>2018</u> Euro	<u>2017</u> Euro
Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	(2.996.773)	(2.941.169)
Pensionistas	(86.228)	(91.789)
	<u>(3.083.001)</u>	<u>(3.032.958)</u>
Total das responsabilidades	<u>(3.083.001)</u>	<u>(3.032.958)</u>
Coberturas		
Valor do Fundo	<u>3 102 053</u>	<u>3 041 421</u>
Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 14)	<u>19 052</u>	<u>8 463</u>
Percentagem de cobertura	100,6%	100,3%
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(90.587)</u>	<u>(10.813)</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	<u>2018</u> Euro	<u>2017</u> Euro
	<u>Pensões de reforma</u>	<u>Pensões de reforma</u>
Responsabilidades no início do exercício	3 032 958	2 725 848
Custo do serviço corrente	124 468	127 180
Custo dos juros	60 659	54 517
(Ganhos) / Perdas atuariais		
- Alterações de pressupostos	(127.277)	171 125
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(1.928)	(39.833)
Alteração da idade da reforma		
Pensões pagas pelo Fundo	<u>(5.879)</u>	<u>(5.879)</u>
Responsabilidades no final do exercício	<u>3 083 001</u>	<u>3 032 958</u>

• • •

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Valor do Fundo no início do período	3 041 421	2 731 380
Rendimento esperado	60 828	54 627
Desvios financeiros	(208.980)	153 720
Contribuições da Sociedade	214 663	107 573
Pensões pagas pelo Fundo	(5.879)	(5.879)
Valor do Fundo no fim do período	<u>3 102 053</u>	<u>3 041 421</u>

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões Viva”, é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.” no qual a Sociedade participa em 8,2% a 31 de dezembro de 2018 (2017: 7,7%).

A rubrica Contribuições da Sociedade diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pela Futuro em 2018 e 2017.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Aplicações em bancos e outras	147.769	98.387
Imobiliário	96.525	89.783
Obrigações	1.966.404	1.854.891
Outros	891.355	998.360
	<u>3.102.053</u>	<u>3.041.421</u>

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Desvios atuariais no início do exercício	10 813	33 240
(Ganhos) / Perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	(127.278)	171 126
- (Ganhos) / Perdas de experiência	207 052	(193.553)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>90 587</u>	<u>10 813</u>

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
Custo do serviço corrente	124.468	127.180
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(169)	(110)
Custos do período	<u>124.299</u>	<u>127.070</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 como segue:

	2018	2017
	Euro	Euro
No início do exercício	8 463	5 532
Contribuição da Sociedade	214 663	107 573
Custo do serviço corrente	(124.468)	(127.180)
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	169	110
Ganhos / (Perdas) atuariais	129 205	(131.293)
Ganhos / (Perdas) financeiras	(208.980)	153 721
No final do exercício	<u>19 052</u>	<u>8 463</u>

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	2018		2017	
	Euro		Euro	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(149.940)	160 168	(154.534)	165 462
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	72 361	(69.853)	77 398	(74.584)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	86 592	(83.389)	86 348	(83.120)
Mortalidade futura (1 ano de variação)	(117.782)	117 442	(117.414)	117 210

• • •

NOTA 35 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Menos de um ano	23.121	23.962
Entre um e cinco anos	48.702	4.705
	<u>71.823</u>	<u>28.667</u>

NOTA 36 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
 José Luis Esparteiro da Silva Leitão
 José António Fonseca Gonçalves
 Luís Miguel Marques Ferreira Cardoso
 João António Morais da Costa Pinto

Acionistas

Montepio Seguros, SGPS, S.A.
 Fundação Oriente
 Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
 NAV Portugal, E.P.E
 Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

Outras partes relacionadas

Augusto da Silva Carvalho, Lda.
 Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.
 Banco Terra, S.A.
 Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
 Bingaminus – Bingos e Animação, S.A.
 Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
 Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
 Carlos Augusto Lança & Filhos, Lda.
 Carteira Imobiliária - Fundo Especial Investimento Imobiliário Aberto
 Casa da Sorte – Organização Nogueira da Silva, Lda.
 Cesource ACE
 Clínica CUF Belém, S.A.
 Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
 Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
 Finibanco Angola, S.A.
 Fundação Montepio Geral
 Fundo de Pensões - Montepio Geral
 Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Outras partes relacionadas (cont.)

HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
 Herdeiros de Manuel Martins Travassos, Lda.
 Leacock Prestação de Serviços, Lda
 Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
 Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
 Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
 Montepio Arrendamento - F.I.I.F.A.H
 Montepio Arrendamento II - F.I.I.F.A.H
 Montepio Arrendamento III - F.I.I.F.A.H
 Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
 Montepio Geral Associação Mutualista
 Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
 Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.
 Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
 Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
 Montepio Investimento, S.A.
 Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
 Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
 N Seguros, S.A.
 Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
 Nebra Energias Renovables, S.L.
 Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
 Pataca da Sorte – Bingos e Animação Unipessoal, Lda.
 Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
 Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
 Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
 SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A.
 SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
 Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
 Ssaginentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.
 Torre da Sorte, Lda
 Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

• • •

2018 Relatório e Contas Futuro, SA

As transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

2018					
	Caixa e depósitos bancários	Créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	Diferimentos (Ativo)
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	4.516.047	16.690	512.599	4.500	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	14.109
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	7.633
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	233.214	-	-
Montepio Crédito, S.A.	-	2.944	-	-	-
	<u>4.516.047</u>	<u>19.634</u>	<u>745.813</u>	<u>4.500</u>	<u>21.742</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	2.084.323	55.814	33.145
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	1.433.530	-	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	5.114	81.195	-	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	12.112	-	-	-
Montepio Crédito, S.A.	20.819	-	-	-	-
	<u>1.459.463</u>	<u>93.307</u>	<u>2.084.323</u>	<u>55.814</u>	<u>33.145</u>
2017					
	Caixa e depósitos bancários	Créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	
	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	4.021.407	26.432	508.072	4.500	
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	1.206.495	-	
	<u>4.021.407</u>	<u>26.432</u>	<u>1.714.567</u>	<u>4.500</u>	
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	1.923.500	55.814	36.499
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	3.249.174	-	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	4.244	79.962	-	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	11.685	-	-	-
Montepio Crédito, SA	19.942	-	-	-	-
	<u>3.273.360</u>	<u>91.647</u>	<u>1.923.500</u>	<u>55.814</u>	<u>36.499</u>

• • •

Na rubrica Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. o passivo e gastos suportados referem-se principalmente a comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

A rubrica Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 o Administrador Executivo auferiu os montantes de € 260.814 e € 260.911, respetivamente. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2018 o montante global de € 80.667 (2017: € 117.500). A Sociedade não assumiu quaisquer responsabilidades com pensões de reforma dos anteriores membros dos órgãos sociais. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas em 2003 com o atual Administrador Executivo e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 34, cujo gasto do exercício de 2018 ascendeu € 41.365 (2017: € 39.539).

Durante o exercício de 2018 e 2017, não se efetuaram transações com o Fundo de Pensões Viva.

NOTA 37 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 é de 133,45% (2017: 117,93%).

NOTA 38 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

	Património líquido	
	2018	2017
	Euro	Euro
Fundos Fechados:	1.150.773.312	1.162.047.564
Fundos Abertos:		
Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas	137.361.358	132.677.725
Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro	104.816.369	102.921.078
Fundo de Pensões PPR BIG TAXA PLUS	69.474.398	48.072.144
Fundo de Pensões VIVA	37.938.320	39.566.580
Fundo de Pensões PPR BIG ACÇÕES ALPHA	19.483.002	22.280.124
Fundo de Pensões PPR Geração Activa	14.534.253	5.496.453
Fundo de Pensões FUTURO CLÁSSICO	7.823.201	7.635.165
Fundo de Pensões CORPORATE Moderado	6.290.350	6.261.174
Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado	5.007.760	-
Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO	2.341.828	1.475.446
Fundo de Pensões PPR BIG Moderado	2.262.876	-
Fundo de Pensões FUTURO LIFE	1.887.633	2.052.974
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	1.330.727	1.327.480
Fundo de Pensões FUTURO XXI	1.295.477	1.197.531
Fundo de Pensões FUTURO PLUS	1.225.916	1.057.222
Fundo de Pensões PPA Acção Futuro	1.222.849	1.612.339
Fundo de Pensões PPR Big Conservador	424.667	-
Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO	264.362	80.160
Fundo de Pensões PPR Premium Aforro	228.262	-
Fundo de Pensões PPR Premium Moderado	56.678	-
Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico	51.719	-
Fundo de Pensões BIG Prestige Equilibrado	17.318	-
Fundo de Pensões BIG Prestige Moderado	5.165	-
Fundo de Pensões PPR Platinum	-	10.604.918
Total Sub-total	415.344.488	384.318.513
Total	1.566.117.800	1.546.366.077

NOTA 39 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado bruto apurado no exercício foi de € 1.089.604,60 e o resultado líquido resultante de € 831.254,62. O Conselho de Administração propõe:

- Transferência para a rubrica Outras reservas € 471.902,62;
- Distribuição de dividendos: € 359.352,00 (€ 0,70/ação).

c) Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

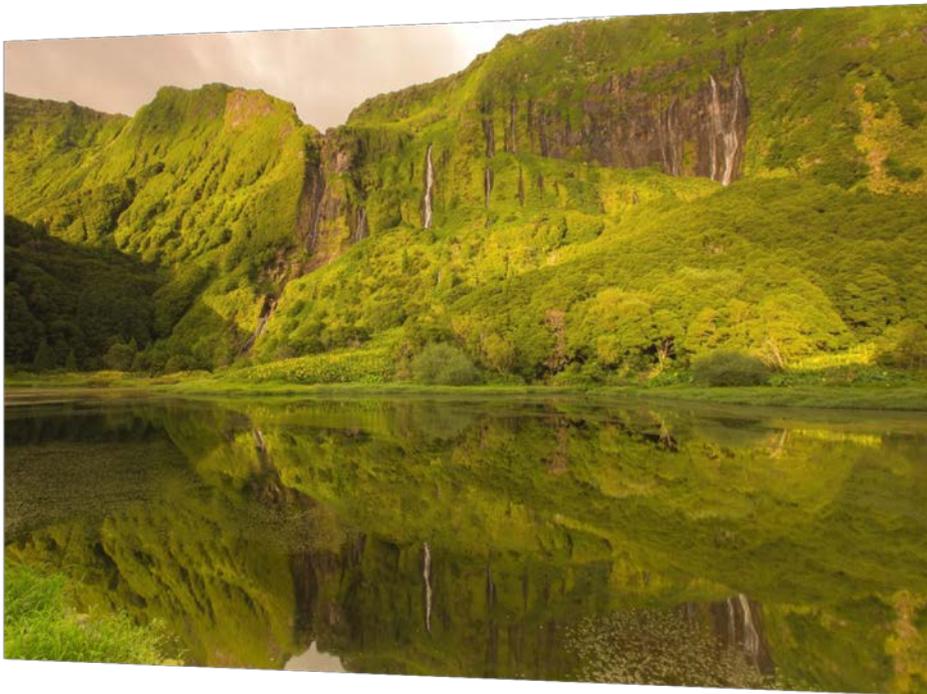
	2018	2017
	Euro	Euro
Revisão legal das contas	9.000	8.400
	9.000	8.400

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

NOTA 40 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e dezoito e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Sociedade, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, SROC, SA, a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas e sem ênfases.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Empresa.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e dezoito;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Conselho Fiscal



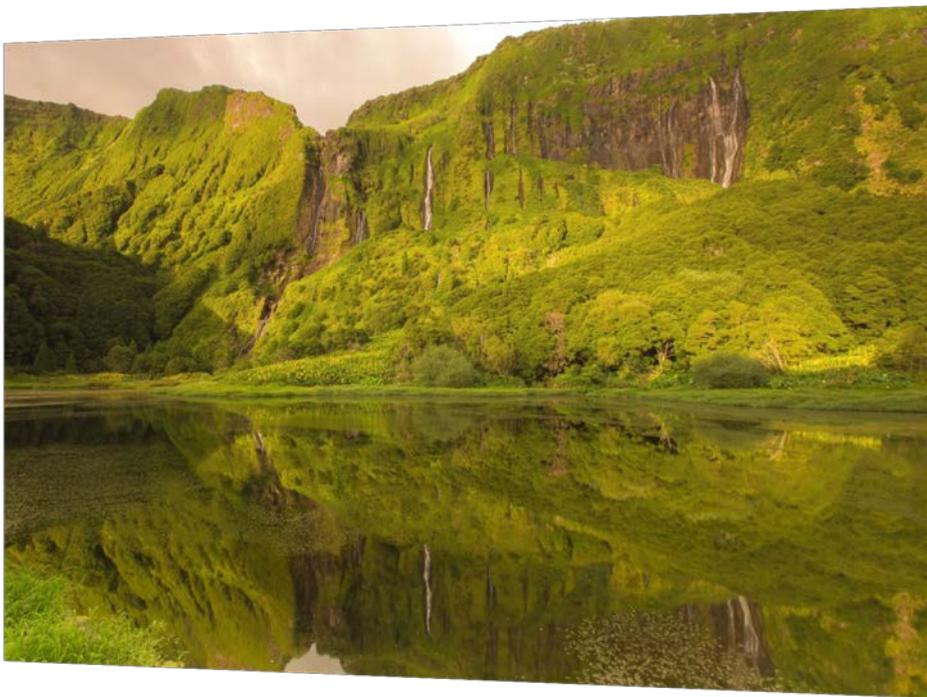
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente



Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Vice-Presidente



Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal



Certificação Legal das Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 11.938.662 euros e um total de capital próprio de 7.518.988 euros, incluindo um resultado líquido de 831.255 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

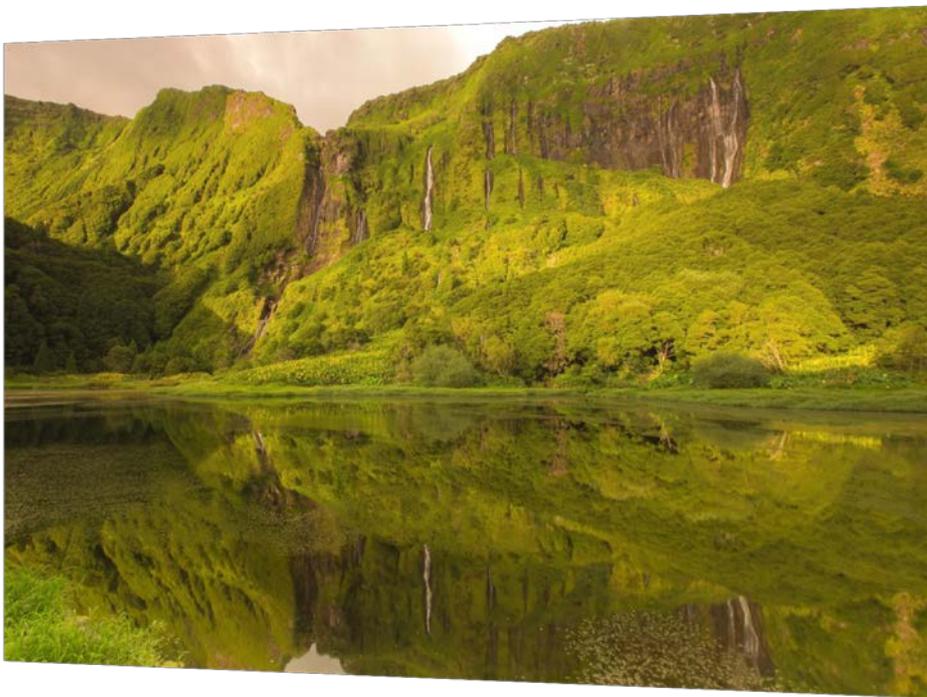
13 de março de 2019

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)



Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Declaração Sobre Política de Remuneração

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., nos termos do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, obedece aos seguintes princípios:

- 1 – As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma comissão de vencimentos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2 – O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
- 3 – A remuneração dos membros dos órgãos de administração obedece aos seguintes princípios, de acordo com a lei:
 - a) Compete à comissão de remunerações deliberar sobre quais os administradores que terão direito à retribuição;
 - b) A remuneração dos Administradores será composta por uma componente fixa determinada em termos anuais e uma parte variável;
 - c) A componente fixa será paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho (subsídio de férias) e Novembro (subsídio de Natal);
 - d) A componente variável nunca será superior a 20% da remuneração fixa anual, a qual será proposta pelo Conselho de Administração, tendo em conta os interesses a longo prazo da Instituição e de acordo com o desempenho, baseada na criação de valor para os acionistas, eficiência ao nível dos resultados obtidos e de sustentabilidade no crescimento do negócio;
 - e) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em sociedades participadas pela Futuro, quer pagas por estas, quer pagas pela Futuro.
 - f) Aos membros não executivos do Conselho de Administração cuja atividade se limite à presença no Conselho, bem como aos membros do Comité de Investimento, poderá ser atribuída uma senha de presença.
- 4 – No que respeita aos membros do Conselho Fiscal, as remunerações são fixadas em montante anual no início de cada mandato.
- 5 – O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com o contrato de prestação de serviços, tendo por referência a prática de mercado.
- 6 – Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da Futuro- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da Instituição.
- 7 – Não existem, a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, sistemas de participação nos lucros, de atribuição de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

Lisboa, 1 de fevereiro 2019



Futuro-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Capital Social € 2.566.800

Registada na C.R.C. de Lisboa

Autorizada, Supervisionada e Registada na ASF-Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões com o Nº 3805

Rua do Carmo, nº 42 – 6º

Telefone + 351 210 416 005 Fax + 351 210 416 001

www.futuro-sa.pt